

EDUCAÇÃO DE SURDOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS JUNTO AO ALUNO SURDO

Maria José da Silva Apolinário
(UEPB/CAMPUS-IV) - mariaapolinario80@yahoo.com.br

Joana D'arc Dutra de Oliveira
(UEPB/CAMPUS-IV) - joana.dutra@hotmail.com.br

Joana Dark de Lima
(UEPB/CAMPUS-IV) - joanadarkdl@hotmail.com

RESUMO

O referido trabalho busca discutir o papel do intérprete de libras no ambiente escolar, como também ressaltar as filosofias educacionais para surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo, no intuito de destacar os pontos fortes e fracos em relação a essas filosofias. Essas filosofias foram à base para a educação dos surdos ao longo da história, cujos fundamentos são usados até hoje na educação dos mesmos. O intérprete de libras é essencial para a educação do aluno surdo no contexto escolar, pois, esse profissional possibilita a comunicação entre o aluno surdo/professor/ouvintes no ambiente escolar. Hoje em dia, a lei garante que esses alunos surdos sejam educados em escolas regulares, uma vez que antigamente estes indivíduos não possuíam nenhum direito, e eram excluídos pela sociedade, pois, os surdos eram tidos como pessoas incapazes, e excluídas por seus próprios familiares, por terem vergonha de sua condição. Ao passar do tempo, os surdos ganharam reconhecimento e espaço na sociedade, assim, buscamos discorrer em nosso trabalho, este processo de inclusão dos surdos no contexto social, no qual estão inseridos. No entanto, ainda existem barreiras que devem ser derrubadas, e uma delas é a falta do intérprete de libras em sala de aula. Esse trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, no intuito de discutir as relações de interação entre o surdo e os ouvintes, uma vez que a educação é essencial para o processo de construção de saberes, de crenças e ideias, em que os indivíduos são qualificados de acordo com seu desempenho, podendo, então, desenvolver uma interação social.

Palavras-chave: Intérprete de libras, Aluno surdo, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca discutir o papel do intérprete de libras no contexto escolar, e ainda abordar as perspectivas das filosofias educacionais para surdos nos ensinamentos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. Essa discussão visa destacar a importância do intérprete de libras para o aluno surdo, e também ressaltar os aspectos básicos das filosofias na educação de surdos, já que essas filosofias abrangem distintos conceitos de ensino.

A partir destas perspectivas que iremos construir nosso trabalho, uma vez que o intérprete é a peça essencial para a formação dos alunos surdos, pois sem o trabalho do intérprete na comunicação entre aluno surdo/professor não seria possível a inclusão desse aluno no contexto escolar.

Antigamente, os surdos eram tidos como indivíduos castigados por Deus, e por isso, muitos foram abandonados ou sacrificados. A partir do século XVI, essa história começou a mudar, quando surgiram notícias dos primeiros educadores de surdos, possibilitando uma abertura para uma educação inclusiva desses sujeitos na sociedade.

Hoje, o processo de inclusão de surdos avançou bastante nesses últimos anos, pois é possível vê a diferença nas ruas e em locais públicos ou particulares. Mudanças que ocorreram graças à luta de movimentos sociais e políticos que emergiram das organizações dos surdos, as quais visam à igualdade de direitos para os surdos, inserindo-os na sociedade.

1 O INTÉRPRETE DE LIBRAS E O ALUNO SURDO

A presença do intérprete de libras em sala de aula é fundamental para o desenvolvimento cognitivo do aluno surdo, pois o objetivo do intérprete é tornar os conteúdos escolares acessíveis para o aluno surdo. Ou seja, o intérprete deve assegurar a comunicação do professor/aluno surdo em relação ao conteúdo aplicado em sala de aula, em que a questão central não é somente traduzir os conteúdos, mas torná-los compreensíveis.

Segundo Silva (2000) a relação da questão da Identidade, da diferença e do outro, gerando um problema social e ao mesmo tempo um problema pedagógico e curricular. Esse problema é um enclave na inclusão de alunos surdos, pois, como já foi dito, o intérprete serve apenas de elo para a comunicação entre o aluno surdo/professor.

A inclusão não é algo que se refere apenas à surdez, mas também envolve toda uma reflexão da sociedade, em que a mesma deva buscar formas de melhorar o relacionamento e integração de sujeitos surdos. Um tema bastante debatido, atualmente, pois busca refletir sobre formas adequadas de convivência e adaptação desses indivíduos em sociedade.

De acordo com Lacerda (2004) o intérprete deve assumir várias funções no contexto escolar como ensinar a língua de sinais para o aluno surdo, atender as demandas pessoais do aluno, e estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuando como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno surdo, pois o intérprete se aproxima bastante de um educador.

Segundo Gesser (2009, p.47) “a maioria dos intérpretes brasileiros tem desenvolvido sua proficiência e a habilidade de interpretar a partir, digamos de uma situação de ‘emergência’ comunicativa na interação surdo/ ouvinte”. Ou seja, o intérprete ainda não possui uma habilidade de interação entre o aluno surdo, assim, o uso do improviso.

Neste sentido, Quadros (2004) diz que à ética e a atuação dos intérpretes educacionais

em sala de aula, não deve assumir a posição do professor da turma, cuja figura que tem autoridade absoluta. Mas infelizmente, a presença do intérprete, muitas vezes, confundem os alunos. São dois professores? A quem devemos obedecer? Essas questões devem ser discutidas na classe, e tiradas todas as dúvidas pertinentes, deixando claro, que o professor é o responsável pela sala de aula; e o intérprete é somente um elo de comunicação entre o professor/aluno surdo. Às vezes, por falta de conhecimento, alguns professores delegam ao intérprete, toda a responsabilidade sobre o aluno surdo.

Para Menezes (2006) o intérprete é o elemento primordial na educação de surdos, pois esse profissional deve ser devidamente capacitado, e dominar a LIBRAS, possibilitando aos alunos surdos receberem as informações escolares na língua de sinais. O intérprete assume o seu papel de interpretar e a aprender a LIBRAS para desenvolver um trabalho eficiente junto ao aluno surdo. Esse papel que o intérprete deve assumir indica a importância de se realizar estudos direcionados para a inclusão de alunos surdos em escolas regulares, na tentativa de avaliar como essa interação entre intérprete/aluno surdo/professor favorece a educação do surdo.

2 INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO/INTÉRPRETE DE LIBRAS

As dificuldades de comunicação que os surdos enfrentam, é uma realidade bastante conhecida no Brasil, ou seja, os conhecimentos adquiridos pelo surdo ainda não é suficientes para proporcionar uma boa comunicação, pois há surdos que não conhecem a LIBRAS, e se comunicam com gestos banais. Além disso, a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros.

Conforme Souza (2015) a legislação da LIBRAS, dispõe com base no decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, em que os indivíduos surdos têm direitos legais na questão de utilização da língua de sinais, e com a disposição de um intérprete em sala de aula, ressaltando que o intérprete não substituirá o professor, isto é, o intérprete serve apenas de elo comunicativo.

Neste sentido, Souza (2015, p.90) ressalta que esse decreto defende “os direitos linguísticos dos surdos, principalmente na lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, percebemos

que para que haja, realmente, inclusão dos indivíduos surdos, é necessário que ela seja feita pela aceitação da LIBRAS como língua”, ou seja, os surdos visam a LIBRAS como sua língua e sua identidade.

Souza (2015) ainda esclarece que a inclusão não deve ser feita unicamente a partir da presença do aluno surdo na escola, uma vez que é preciso que o mesmo esteja incluído no processo de aprendizado.

Mazzota (1996) salienta que a implementação da inclusão tem como pressuposto um modelo, no qual cada criança é essencial para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejável que os alunos surdos sejam inseridos em classes regulares, para que essa inclusão será possível, assim, possa haver uma obtenção de resultados satisfatórios em seu desempenho escolar e social.

De acordo com Botelho (1998) e Lacerda (2000) chamam a atenção para o fato de que o aluno surdo, frequentemente, não compartilha uma língua com seus colegas e professores, já que esse aluno está em desigualdade linguística, essa falta de interação pode gerar um acesso negativo aos conhecimentos trabalhados em aula, como também, não problematizar ou contemplar os alunos surdos pelas práticas inclusivas.

Segundo Laplane (2004) os valores e princípios da educação inclusiva é aquele em que a educação promova instituições mais justas, como também reconheça a importância de destacar as vantagens da educação inclusiva para os surdos no contexto escolar e social.

3 AS FILOSOFIAS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: ORALISMO, COMUNICAÇÃO TOTAL E BILINGUISMO

Em 1855, o francês Harneste Huet foi o primeiro professor surdo a chegar ao Brasil, trazido por D. Pedro II, para educar duas crianças surdas na corte. No século XVIII ocorreram mudanças favoráveis na educação de surdos, neste período acarretou um grande aumento de escolas para surdos, no intuito de educar e socializar.

Goldfeld (2002) ressalta que devido aos avanços tecnológicos houve uma facilitação na aprendizagem da fala pelo surdo, em 1860, o método oral ganhou força com Alexander Graham Bell, um defensor do Oralismo na educação dos surdos, assim, o Oralismo venceu a votação no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, passando a proibir o uso da língua de sinais.

Conforme Goldfeld (2002, p.33-34) o Oralismo é baseado na integração da criança surda na comunidade de ouvintes, uma vez que essas condições favorecem o desenvolvimento da língua oral na criança, cuja noção de linguagem restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos, pois para o Oralismo, a criança deve ser oralizada.

Neste sentido, Goldfeld (2002, p. 30) ressalta que “o Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva.” E que o Oralismo visa fazer uma reabilitação dos surdos em direção à normalidade, a “não surdez”. Nessa tentativa de alcançar esses objetivos, a filosofia oralista usa diversas metodologias de oralização como: verbo-tonal, audiofonatória, aural, acupédico, etc. Essa filosofia acredita que a língua oral é a única forma desejável de comunicação dos surdos, já que o Oralismo rejeita qualquer tipo de gestos, por exemplo, as línguas de sinais.

Entretanto, existe uma preocupação em relação à interferência das regras gramaticais, por parte dos profissionais oralistas, já que as crianças surdas não recebem com a mesma facilidade os estímulos auditivos como as crianças ouvintes, por isso necessitam de ajuda especializada. Neste sentido, a criança surda se submete a um processo de estímulos para compreender e oralizar gradativamente as regras gramaticais, e chegar a um bom domínio da língua portuguesa, no caso do Brasil.

Goldfeld (2002, p.38) ressalta que a filosofia da Comunicação Total se preocupa com “os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes.” Essa relação de comunicação que a Comunicação Total prioriza entre os próprios surdos e ouvintes favorece a interação de ambos os grupos. Neste sentido, essa filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas também acredita que os aspectos cognitivos e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por essa razão, esta filosofia defende o uso de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação.

Goldfeld (2002, p.38) *apud* Ciccone (1990) diz que “os profissionais que seguem a Comunicação Total percebem os surdos de forma diferente dos oralistas: ele não é visto, apenas como um portador de uma patologia de ordem médica, que deveria ser eliminada”, mas ser tratada como uma pessoa, já a surdez deve ser tratada como uma marca que interfere nas relações sociais, no desenvolvimento afetivo e cognitivo desse indivíduo.

Conforme Freeman, Carbin, Boese (1999), a Comunicação Total é definida da seguinte maneira:

A Comunicação Total inclui todo o espectro dos modos lingüísticos: gestos criados pelas crianças, língua de sinais, fala, leitura oro-facial, alfabeto manual, leitura e escrita. A Comunicação Total incorpora o desenvolvimento de quaisquer restos de audição para a melhoria das habilidades de fala ou de leitura oro-facial, através de uso constante, por um longo período de tempo, de aparelhos auditivos individuais e/ou sistemas de alta fidelidade para amplificação em grupo. (FREEMAN, 1999, p.171)

A Comunicação Total acredita que somente o aprendizado da língua oralizável não assegura pleno desenvolvimento da criança surda. Neste sentido, Goldfeld (2002) *apud* Ciccone (1990) diz que muitas crianças que foram expostas sistematicamente a modalidade oral de uma língua, antes dos três anos de idade, consegue aprender esta língua de forma satisfatória, no entanto, no desenvolvimento cognitivo, social e emocional não foram tão bem-sucedidas. Cabendo a família decidir qual a forma de educação seu filho terá, e não ao profissional que lida com essa criança.

Segundo Goldfeld (2002) uma das diferenças da Comunicação Total para as outras filosofias esta no fato de que a Comunicação Total defende a utilização de qualquer recurso lingüístico, ou seja, a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais para facilitar a comunicação com outras pessoas.

De acordo com Goldfeld (2002) a caracterização do Bilinguismo dá-se da seguinte maneira:

O bilingüismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngüe, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país. Os autores ligados ao bilingüismo percebem o surdo de forma bastante diferentes dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilingüistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez. (GOLDFELD, 2002, p. 42)

O Bilinguismo ressalta que a criança surda deve adquirir a L1, que é a língua de sinais e a L2, que é a língua de seus pais na modalidade escrita, sendo alfabetizada na língua oficial dos pais.

Goldfeld (2002) diz que as três filosofias educacionais defendem diferentes aspectos em relação à aquisição da linguagem pela criança surda. Cujas visões em relação à linguagem e sua importância no desenvolvimento da criança são divergentes, ou seja, essas divergências não são expostas claramente pelas filosofias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou as análises e reflexões feita acerca do papel do intérprete de libras e, também sobre as filosofias educacionais para surdos. E esperamos que esse artigo tenha esclarecido as compreensões necessárias sobre o tema abordado. Esta análise não se formula num estudo completo, mais como um espaço de oportunidades, aberto a mudanças e a novas discussões.

Percebermos com a elaboração desse trabalho, um grande avanço no processo de inclusão dos surdos na sociedade, uma vez que a educação inclusiva busca integrar e conscientizar o indivíduo no meio em que vive, de modo que ele possa ter uma noção das coisas ao seu redor, assim, possibilitando-o o direito de escolhas.

Por fim, o trabalho da escola é fundamental para que esses alunos surdos desenvolvam uma relação pessoal e social na sociedade. A utilização de métodos didático adequados para alfabetizar esses alunos com o proposito de integrá-los no meio social, dando-lhes oportunidades de crescerem intelectualmente para que possam se reestruturar no mercado de trabalho, pois sem a educação isso não seria possível. Neste sentido, a escola possibilita a formação desses alunos a se integrarem para o mercado de trabalho, pois ela desenvolver junto à sociedade uma importante contribuição no crescimento desses sujeitos, a partir do momento que estes passam a frequentá-la.

REFERÊNCIAS:

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na interpretação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FREMAN, Roger D., CARBIN, Crifton F, BOESE, Roberto J. **Seu filho não escuta?** Um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceito em torno de língua de sinais e da realidade surda. SP: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 7ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LACERDA, C.B.F. **A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes:** focalizando a organização do trabalho pedagógico. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ANPED, 2000. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso em: 2000.

LACERDA, Cristina B. F. de; POLETTI, Juliana E. **A Escola Inclusiva para Surdos: a**

situação singular do intérprete de língua de sinais. FAPESP/ANPED, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt15/t151.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2016.

LAPLANE, A.L.F. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. SANTOS, Thais Helena dos. **Libras (Língua Brasileira de Sinais) “Verbete”**. Dicionário da Educação Brasileira. São Paulo: Midiamix Editora, 2006.

MONACORDA, Mario Alignheiro. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SILVA, Tomaz. T. da. **A produção Social da identidade e da diferença**. In SILVA T. T. da (Org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, José Marcos Rosendo de. **Entre palavras e sinais: letramento literário, surdez e inclusão**. São Carlos: Pedro e João Editorares, 2015.